

## ABRINDO AS PORTAS DA CASA E DO SÍTIO PARA TURISTA: ENTRE O PRIVADO E O PÚBLICO

### OPENING THE DOORS OF HOUSE AND SITE FOR TOURISTS: BETWEEN PRIVATE AND PUBLIC

### ABRIENDO LA PUERTAS DE CASA Y SITIO PARA TURISTAS: ENTRE LO PRIVADO Y LO PÚBLICO

Salomé Ferreira Lima<sup>1</sup>  
Del Rio Benevenuto<sup>2</sup>

#### Resumo

O turismo rural evidencia novas ruralidades do campo como uma estratégia de manutenção de patrimônios e de mitigar carências socioeconômicas do espaço rural. O artigo investiga o que se impõe no estreitamento entre esferas privada e pública, a partir de práticas turísticas vivenciadas em uma casa/pousada rural, localizada na Serra do Matoso/RJ. Para o estudo de caso realizou-se observações e entrevistas informais e formais com proprietários da Pousada e amigos. Os dados coletados foram analisados à luz do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas e do sociólogo Luiz Octávio Camargo, dando ao artigo uma perspectiva mais teórica sobre o tema, sem abandonar o vivido no campo. Constatou-se que “o abrir as portas para turistas”, abre e fecha portas para os anfitriões e para a dinâmica da casa que se sujeita ao que é imposto pelo mercado turístico. Esse movimento é estabelecido na tensão entre interesses da esfera pública e privada.

**Palavras-chave:** Turismo Rural. Espaço privado. Espaço público. Casa.

#### Abstract

Rural tourism highlights new ruralities in the countryside as a strategy for maintaining assets and mitigating socioeconomic deficiencies in rural areas. The article investigates what is required in the narrowing between the private and public spheres, based on tourist practices experienced in a rural house/inn, located in Serra do Matoso/RJ. For the case study, informal and formal observations and interviews were carried out with the Pousada's owners and friends. The collected data were analyzed in the light of philosopher and sociologist Jürgen Habermas and sociologist Luiz Octávio Camargo, giving the article a more theoretical perspective on the subject, without abandoning what was experienced in the countryside. It was found that “opening the doors to tourists” opens and closes doors for the hosts and for the dynamics of the house, which is subject to what is imposed by the tourist market. This movement is established in the tension between interests in the public and private spheres.

**Keywords:** Rural Tourism. Private space. Public place. House.

#### Resumen

El turismo rural destaca las nuevas ruralidades del campo más allá de la producción y ha sido una estrategia para mantener los activos y mitigar las carencias socioeconómicas en las zonas rurales. El artículo investiga la relación entre las esferas privada y pública, a través de prácticas turísticas vividas en casas de productores rurales, ubicadas en Serra do Matoso/RJ. Para el estudio de caso se realizaron observaciones y entrevistas informales y formales a los propietarios de la casa/posada. Los datos recogidos fueron analizados a la luz del filósofo y sociólogo Jürgen Habermas y del sociólogo Luiz Octávio Camargo, dando al artículo una perspectiva más teórica sobre el tema, sin abandonar lo vivido en el campo. Se encontró que “abrir las puertas a los turistas” plantea problemas al grupo familiar por la ausencia de límites entre los espacios privados y públicos, así como cerrar “puertas” a la dinámica de la casa que se somete a lo que impone el mercado turístico.

**Palabras clave:** Turismo Rural. Espacio privado. Lugar público. Casa.

<sup>1</sup> Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, área de Hospitalidade/curso de Hotelaria ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2906-8626> E-mail: [salomealmeidaf@gmail.com](mailto:salomealmeidaf@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais/Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2003) e pós-doutorado em Psicologia Social/ Universidad de Valladolid/Campus de la Yutera-Palencia/Espanha (2020). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2424-4897> E-mail: [monicadelrio@uol.com.br](mailto:monicadelrio@uol.com.br)

---

## INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno mediado por interesses econômicos e sociais, o que propicia uma dinâmica ambígua. Ao mesmo tempo que propaga e mantém vivos a história e o modo de vida da comunidade residente, também a coloca em risco. Os possíveis impactos advindos do turismo ficam a depender de como se dá a inserção no espaço visitado e se a comunidade gerencia ou não a atividade turística. Essa preocupação é marcante em territórios rurais por ser um espaço que conjuga um modo de vida a atividades de visitas.

Este artigo teve como ponto de partida atividades turísticas de visitação e de hospedagem que ocorrem dentro dos espaços privados, casas e sítios, localizados nas Serras do Piloto (localizada em Mangaratiba/RJ) e Matoso (localizada nos limites dos municípios Pirai, Itaguaí e Rio Claro/RJ). Tais atividades foram vivenciadas pela pesquisadora ao realizar o trabalho de campo do doutoramento, ainda em curso, e como hóspede. Contudo, para a construção do artigo escolheu-se experiências vividas na Serra do Matoso em uma pousada rural, por evidenciar a tensão entre o espaço privado e público. Além do fato da proprietária da pousada fazer parte da direção da Associação de Empreendedores de Turismo nas Serras Históricas Piloto e Matoso (ASSETUR), associação que fomenta o turismo nas Serras.

O objetivo geral do artigo é analisar o que se impõe na relação entre as esferas privada e pública, através de um debate teórico e de práticas turísticas vivenciadas na casa de produtores rurais – que também é a Pousada Rural Sítio Beija Flor, situada no Assentamento Rural Matoso, na Serra do Matoso/RJ. Tendo isso como um objetivo a ser percorrido, a análise do fenômeno “abrindo as portas da casa e do sítio para o turista”, privilegiará leituras de Habermas (2003) e Camargo (2015) – considerado o “pai” da hospitalidade. Este ao pensar a hospitalidade, em uma sociedade de mercado, toma como elemento central a dívida de Mauss (2003). Já Habermas (2003) analisa a transformação de bens culturais em bens de consumo.

Embora o debate apresentado tenha origem no trabalho de campo feito ao longo do doutorado, o artigo busca construir, como objetivo específico, uma reflexão mais teórica sobre a temática sem esquecer o que foi vivido e observado, visando preencher uma lacuna de interlocuções entre o turismo e a sociologia.

Já é sabido que algumas atividades turísticas geram resultados que ora favorecem o desenvolvimento econômico do lugar explorado e a manutenção de seu patrimônio. Ora pode colocar em risco o que se conquista ou se reforça por meio da atividade turística. O processo de descaracterização, do conjunto de elementos que se assentam a identidade do lugar

visitado, tende a ser reflexo da ausência da comunidade local, no momento que se planeja o turismo para uma dada região (ROCHA; GAIÃO; ALMEIDA, 2014).

Por este motivo, atores sociais, que fizeram parte de estudos realizados pela pesquisadora, parecem se utilizar da transmissão oral do seu conhecimento, de seu modo de vida, incorporando-as e transformando-as nos roteiros turísticos. Esse processo se instrumentaliza por ser estruturado na angústia de perda, ou seja, do esquecimento. É desta angústia que se fomentam as atividades turísticas no campo com a esperança de estarem comprometidas com a proteção e manutenção da cultura rural, sendo desenhada pelo modo de vida e manejo com a terra. Tal angústia é tão presente porque “o turismo é um consumidor intensivo de territórios, e, portanto, deve-se planejar seu desenvolvimento numa ótica que apoie claramente quais objetivos econômicos se desejam alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade que será adquirida ou fortalecida” (DIAS, 2003, p.37).

O planejamento é importante porque o território é o espaço onde se consome os produtos, sendo ele também um produto. As atividades econômicas criadas no espaço rural condicionam uma reorganização deste território e de seu tecido social. O espaço é carregado por recursos naturais e por uma riqueza história que são frágeis diante da necessidade de uma continuidade das práticas turísticas - muitas vezes difíceis de serem controladas e compreendidas pelos próprios atores que idealizaram o turismo rural. Para Dias (2003), tal questão somada ao fato do turismo sofrer intervenção de diferentes níveis de gestão pública e a necessidade de se integrar com organizações municipais e com atividades de outra natureza, justifica, então, a elaboração de um planejamento adequado para se garantir um desenvolvimento sustentável em sua dimensão sociocultural, econômica e ambiental.

Partindo destas questões o artigo será dividido em cinco partes. A primeira, será composta por conceitos básicos sobre Turismo Rural, que servirá como um constructo para entender as questões expostas em seguida e o que a autora entende sobre tal conceito. A segunda, será apresentada a metodologia. Na terceira, será apresentada um breve retrato do universo que suscitou a reflexão deste artigo e a origem da Pousada Rural. A quarta parte está sendo enxergada como o tópico principal, contendo uma análise sobre as implicações entre os espaços privado e público desenhadas ao se abrir a porta da casa e do sítio para turistas e visitantes, à luz do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas e do sociólogo Luiz Octávio Camargo. E por último, a conclusão.

## BREVES APONTAMENTOS SOBRE TURISMO RURAL

O conceito de turismo rural está sendo entendido a partir da lente de Cals, Capela e Vaque (1995) que entendem o turismo rural como sendo “atividades que se identificam com as especificidades da vida rural, seu *habitat*, sua cultura”. E de Rodrigues (2001, *apud* SANTOS, 2010, p.11) que ao partir do conceito de patrimônio cultural enxerga dois grupos, o turismo rural tradicional (fundamentado na origem agrícola e na pecuária) e o turismo rural contemporâneo (associado aos hotéis-fazenda e históricos, pousadas rurais, turismo rural etnográfico, turismo rural pedagógico, turismo em acampamento rurais, turismo de caça e pesca, e outros). A escolha por tais autores deve-se ao entendimento de que a ação turística, em áreas naturais conjugadas a elementos históricos, enaltece o turismo cultural em áreas rurais. Fato perceptível nas práticas turísticas do contexto social observado

Mesmo diante de diversas concepções, há um consenso de que a mitigação de alguns problemas de ordem socioeconômica está no desenvolvimento do turismo rural. De certa forma, a prática se difundiu com os debates sobre lazer, sobretudo após o processo de industrialização que provocou profundas mudanças na legislação trabalhista e no tempo destinado ao ócio. O cenário de transformações cooperou para a necessidade de conjugar o turismo rural a temas transversais, como lazer, identidade e memória.

Há que se destacar que noções advindas de Gomes e Melo (2003), Krippendorf (2003), entre outros, conjugam o lazer à disseminação e apreensão da cultura bem como o atendimento as necessidades psicossociais – como uma estratégia para diminuir tensões vivenciadas no espaço urbano. As contribuições teóricas que explicam a intensificação do lazer para além do entretenimento, permite dizer que “o lazer não é apenas uma prática recreativa, pode contribuir para uma nova leitura sobre política e cultura, culminando em uma nova percepção sobre qualidade de vida, inclusive no campo” (ROCHA; GAIÃO; ALMEIDA, 2014, p. 7).

Dentre os serviços oferecidos nas Fazendas Históricas e nos Sítios, localizados nas Serras do Piloto e Matoso/RJ, há atividades que dialogam com o fazer do turismo cultural e pedagógico. Pode-se perceber que tais espaços se configuram em “lugares de memória” (NORA, 1993) para se perpetuar as lembranças através das memórias auxiliares que compõem o acervo de cada Fazenda, Sítio, monumentos e patrimônios, presentes nas Serras.

Para Halbwachs (2004) a memória corresponde ao presente vivo, ao afeto, a imagem, é o que pode ser transformado, atualizado e revivido através das lembranças individuais ou coletivas, é o empírico. A história é relegada a um tempo controlado pelo relógio, é o passado,

é um acontecimento cristalizado, é comprovada, é única. Para o autor, “a história só começa no ponto onde termina a tradição, no instante em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 2004, p.34). Assim, as Serras do Piloto e Matoso são espaços propícios para o debate, uma vez que se desenha serviços e produtos que conjugam lazer à construção identitária e memórias, através da contemplação e do uso dos patrimônios materiais e imateriais. Ao longo das Serras há várias ruínas históricas do século XIX, como o Teatro Municipal, Pedra do Banquete, Bebedouro da Barreira, mirante do Imperador, a Estrada da Calçada em que passou D. Pedro I etc.

O patrimônio cultural, presente nestes espaços, se aproxima da concepção de Nora (1993), que entende o conceito como um agrupamento de bens culturais, com uma representatividade singular para a comunidade visitada, capaz de compor as identidades individuais ou coletivas. Os roteiros turísticos intensificam o uso de patrimônios sob a égide de garantir a sua manutenção e de eternizá-lo na memória dos visitantes, através de experiências que o colocam em contato com símbolos patrimoniais.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

A reflexão proposta neste artigo faz parte de uma revisão teórica onde privilegiou-se questões dos campos da sociologia e do turismo em diálogo com observações e vivências que ocorreram no trabalho de campo de uma tese de doutorado em andamento. Os dados foram coletados em observações participantes, em entrevistas formais semiestruturadas e entrevistas informais presenciais.

Diante do isolamento social causado pela pandemia da Covid-19 as entrevistas formais semiestruturadas foram realizadas *on-line* pela plataforma *google meet* e gravadas mediante a permissão dos interlocutores. Os diálogos *on-line* ocorreram com os proprietários do sítio que abriga a Pousada Rural Sítio Beija Flor. Neste caso, as interações se efetivaram com o casal, a filha e o neto.

Já os diálogos presenciais – entendidos como diálogos mais espontâneos ocorreram durante a estada da pesquisadora na Pousada Rural e em reuniões de associações, em que os interlocutores estiveram presentes. Neste caso, os diálogos foram estendidos à amigos e parceiros dos proprietários que interagiram com eles e com a pesquisadora durante o campo.

Os dados coletados foram analisados a partir das perspectivas dos atores sociais, do olhar da pesquisadora na condição de observadora e de interpretações feitas a partir das bibliografias que abordavam as questões levantadas no trabalho de campo.

## QUESTÕES INICIAIS DO UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO: A FAMÍLIA E O SÍTIO/POUSADA

É importante ressaltar que a pesquisadora chegou a Pousada Rural ao analisar articulações da comunidade local com o poder público e o setor privado, fomentadas pela Associação de Empreendedores de Turismo nas Serras Históricas Piloto e Matoso (ASSETUR). A associação consolidou uma rede de relacionamentos composta por atores sociais de quatro municípios Piraí, Rio Claro, Mangaratiba e Itaguaí, com intuito de apresentar as regiões a partir do olhar dos residentes e de se tornarem agentes promotores do turismo a ser desenvolvido nestes territórios.

As ações e os discursos que impulsionam as atividades turísticas nos municípios citados são estruturados na noção de que o turismo é um motor de desenvolvimento econômico e uma forma para resguardar os patrimônios imateriais e materiais dos territórios. Entretanto, na prática se evidenciou a pertinência da afirmação que a “popularização’ conjugada a ‘estratégia de atrair’ mais visitantes tem afastado o patrimônio de sua importância coletiva, passando a ser enxergado como mercadoria e um bem para o consumo” (ROCHA; GAIÃO; ALMEIDA, 2014, p.3). Imprime-se, portanto, uma tensão entre desejos pautados na lógica da racionalidade econômica frente a aspectos de natureza mais social. Essa tensão é esperada e desejável, a questão é o que sobressai nesta tensão.

Ao longo do trabalho de campo realizou-se muitas visitas a empreendimentos turísticos nas Serras do Piloto e Matoso. Um deles foi uma Pousada Rural, propriedade localizada dentro do Assentamento Rural da Serra do Matoso, no município de Rio Claro/RJ. A história da pousada começou com a chegada de seu Raimundo e dona Maria (os nomes utilizados no artigo são fictícios). O casal morava em uma roça em Minas Gerais. Em 1971, passaram a morar em Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Seu Raimundo conheceu a Serra do Matoso ao visitar amigos. Em 1990, ao ver uma placa de venda em uma propriedade decidiu comprar o “pedacinho de terra” com ajuda dos filhos. Inicialmente moraram em uma casa de estuque. Este “pedacinho de terra” fazia parte de uma fazenda que foi dividida em 16 lotes.

Passados 15 anos apareceu um rapaz dizendo que o sítio fazia parte de uma fazenda em que era proprietário. Diante de uma ordem de despejo o casal, desejoso de continuar na roça, se articulou com outros sítiantes. O grupo descobriu que o rapaz não conseguiu provar na justiça que era proprietário da fazenda. Posteriormente, o grupo liderado por seu Raimundo entrou em contato com o prefeito de Piraí, na época era o Luiz Fernando de Souza (mais conhecido como Pezão), este acatou a demanda apresentada e buscou uma solução junto ao

governador Anthony William Matheus de Oliveira (mais conhecido como Anthony Garotinho). Com a articulação, o Estado comprou a fazenda, originando o Assentamento Matoso em 2003. Seu Raimundo ficou trabalhando sozinho no sítio por 20 anos, de 1990 a 2010, dona Maria e os filhos o visitavam aos fins de semana. Dona Maria às vezes estendia as visitas por algumas semanas.

Entre idas e vindas, em 2011 dona Maria resolveu morar definitivamente no assentamento e assume o sítio junto com seu Raimundo e Rebeca – filha do casal. Com a presença dos três a produção agrícola se intensificou. Após anos de muito trabalho, o casal começou a receber constantes visitas de amigos da igreja e familiares. Rebeca observou que as visitas estavam sobrecarregando a mãe com tarefas domésticas e gastos no orçamento familiar. Partindo desta observação, Rebeca instituiu que a mãe não receberia mais visita desta forma e quem quisesse visitá-la teria que pagar, mesmo sendo parente e amigo. Tal posicionamento também se consolidou com demandas de passantes que desejavam um lugar para pernoitar e com a dificuldade de viverem apenas da produção agrícola. Em meio a tensão, instituída entre dona Maria e a filha Rebeca, deu-se início a Pousada Rural, em 2014. Em 2018, Rebeca deixa a sua casa em uma área urbana e passa a morar no sítio para ajudar na administração da pousada.

Em 2023, produzia-se no sítio banana, frutas, hortaliças, leguminosas, mel, feijão vermelho, aipim, ovos, pimenta, doces de fruta (compota, cascão e desidratado), chip de banana, batata doce, peixe (pesque e pague), leite, queijo e criação de bois. Com o fluxo de hóspedes a família praticamente não tem feito feira, 90% da produção do sítio é vendida para hóspedes e visitantes. Reserva-se uma parte da produção de banana para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para a família, destinar tal produção para a merenda escolar é uma conquista para o produtor rural. Durante a pandemia, Rebeca e o filho Carlos começaram a vender cestas a moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, com o serviço de entrega em domicílio.

A pousada tem 10 quartos, salão de jogos, piscina, lago para passear de barco ou para pescar – o peixe é preparado no almoço se o hóspede desejar, há passeios a cavalo, tirolesa, um horto e um *ateliê*. A diária inclui pensão completa com refeições feitas à lenha. Segundo, Rebeca com a pandemia da Covid-19 muitos turistas imploraram que ela os recebessem. No período pandêmico, a família conseguiu manter a pousada fechada apenas por três meses. Após este período, mesmo em meio ao pico da pandemia, turistas chegavam na pousada dizendo que estavam com fome. Rebeca inicialmente relutou aceitar turistas por ter pais idosos, grupo classificado como de risco durante o período pandêmico. Contudo, dizia:

Como deixar ir embora uma família com criança que dizia que estava com fome e sede? Não tinha nada aberto. E assim foi indo, recebia um, dois para almoçar e quando vimos não era mais possível impedir a chegada de hóspede. Mas fiquei com muito medo por conta dos meus pais. A pandemia mudou a pousada. Tudo que você vê aqui é fruto da pandemia. Chegou um momento que vendemos os quartos da casa de meus pais e a sala deles. Tinha gente dormindo para todos os lados, rs,rs (Rebeca, produtora rural, 2021).

Com o aumento de hóspedes a família passou a ter planos de fazer mais quatro quartos. Ainda que pareça ambíguo o discurso e algumas ações, Rebeca ressaltou a impossibilidade de aumentar demasiadamente o número de quartos por não desejarem um fluxo muito grande na Serra, afinal de contas compreendem “o sítio como sendo o lugar de viver e não apenas de hospedar”. Entre as obras iniciadas, em breve será inaugurada uma casa de estuque e um campo de futebol. A casa de estuque é uma reprodução da casa em que seu Raimundo e dona Maria moravam. Seu Raimundo e o neto, estão construindo a casa nos mesmos moldes da casa do passado. O objetivo da família é registrar e compartilhar com os hóspedes uma parte de sua história e assim eternizá-las nas lembranças dos hóspedes.

## **“ABRINDO AS PORTAS DA CASA E DO SÍTIO”, ALGUMAS IMPLICAÇÕES A PARTIR DA ESFERA PRIVADA E PÚBLICA DE HABERMAS**

O debate acerca da transformação do patrimônio em bem de consumo é cercado por críticas e dualidades no campo acadêmico. Barreto (2007) elenca uma lista de experiências da reutilização de patrimônios em vários países, gerando influências negativas e positivas para o patrimônio. Em tal reflexão, a crítica se consolida diante da possibilidade do patrimônio não ser reconhecido pelo seu valor histórico e sim pelo seu valor enquanto mercadoria, elaborada e imposta pela indústria cultural. No entanto, as experiências relatadas pela autora evidenciam que a reutilização do patrimônio pelo turismo é fundamental para a sua conservação. Acredita-se que ao preparar o patrimônio para ser “vendido” pode-se: despertar interesses pelos fatos históricos nele vivido, gerar uma valorização pelo modo de vida representado, incentivar uma recuperação do passado para se entender o presente e produzir um interesse pelo patrimônio por fazer parte da memória de um povo, o qual se identifica, se reconhece ou se questiona.

Ostherhmmel (2015) ao tentar articular identidade e memória a partir do século XIX também apresenta um quadro em que as transformações ao longo do século foram permeadas pela lógica de mercado, ressignificando as óperas, os espaços museais, os arquivos históricos e paisagens urbanas. Esses lugares de memória tinham como pano de fundo um projeto de identidade nacional, portanto, os interesses que emergiam no campo cultural não eram

desconectados da política e nem das demais esferas econômica e social. A criação de museus etnográficos evidenciava este fenômeno ao mostrar o viver e o comportamento de raças entendidas como inferiores chamados de “primitivos”. A exposição tinha como justificativa não apenas o lazer, mas uma função pedagógica a serviço da “ciência” e porque não dizer de um projeto de Estado. Já os gabinetes de curiosidades apresentavam um conjunto de peças que faziam parte da realeza, definindo gosto estético que se tornava o padrão de uma elite que ao longo da história foi reafirmando as diferenças entre as classes sociais.

A partir da leitura de ambos os autores é possível dizer que a criação de entretenimento, como museus, afirmou espaços públicos para a arte, que se tornara mercadoria. Seguindo esta forma de pensar, Ostherhmmel afirma que “la formación de la identidad no es meramente natural, sino también el fruto de una instrumentalización guiada por intereses reconocibles (...)” (2015, p. 23). Sendo assim, a identidade não é dada, é construída socialmente e os interesses que a constroem devem ser colocados em debate.

A ideia de que o corpo social será mediado pelas relações de mercado, na medida em que estiver inserido em uma sociedade de mercado, também é apontada por Habermas (2003) que traz contribuições, sobre a transformação de bens culturais em consumo, ao analisar a “esfera pública burguesa”. O resgate histórico elaborado nos séculos XVII e XVIII, pontuou a origem desta esfera, as transformações ao longo dos séculos e os elementos geradores de tais mudanças. O trabalho apresenta desde uma divisão clássica entre a esfera pública e privada até o momento em que tal divisão se dissipa, as esferas se fundem, se conectam e por vezes rompem com as fronteiras que pareciam ser rígidas. De forma geral, o panorama construído por Habermas (2003), chama atenção para o estabelecimento de bens culturais que foram mercantilizados, colocando em risco o seu papel.

Tais questões se fazem presente no artigo porque há uma preocupação dos interlocutores, ao “abrirem as portas do sítio” para visitantes, que consiste na perda dos bens culturais diante das imposições do mercado. Bem como de perderem o controle do que ocorre nas Serras – o espaço público – e do sítio/casa – o espaço privado. Isto justifica inúmeras narrativas que indicavam o desejo pelo turismo, mas não qualquer turismo:

Os hóspedes do Resorts, eles entram, fazem o que querem, usam o espaço de nosso sítio e vão embora, sem deixar nenhum recurso no assentamento. Não queremos mais isto. Queremos outro turismo” (parceiro e amigo dos proprietários da Pousada Rural, 2019).

(...) Foi na ASSETUR que passei a conhecer mais pessoas da Serra, que estão engajadas no mesmo propósito, que sonham como eu sonho, por uma sociedade mais integradora, por um turismo que não é só comprar. (...) Aqui nas Serras temos riquezas, fazendas históricas, um cemitério que é um patrimônio. Por estas Serras passou o ouro, o café e os escravos. (...) Sei que é possível, nas Serras do Piloto e do Matoso, um turismo diferente do turismo de massa (...) Nas Serras têm um grupo

que planta e cultiva banana e é orgânica. E não colocam veneno, todos respeitam. Tem as pousadas. Todos estão dentro de um sentido maior, que é possibilitar ganhos sociais, culturais e crescimento econômico, mas em uma rede em uma organização que tem um fundamento de não destruir o seu ambiente, a sua cultura, história, aquilo que é o seu ambiente, o que se vive. E para isso temos que alcançar todo mundo. (...) Às vezes, o turista pode passar ali e não comprar nada, mas ao passar ali vai valorizando a cultura, ao viver o contexto (parceira e amiga dos proprietários da Pousada Rural, 2020).

A última narrativa evidencia a lógica de que preparar as Serras para receber o turista é compartilhar a riqueza dos patrimônios presentes no território e garantir sua manutenção. Para a interlocutora, tal processo só pode ser efetivado em um turismo que vai além da dimensão econômica, reconhecendo, como fundantes, as dimensões sociais, culturais e ambientais.

Os interlocutores ao falarem das Serras, costumeiramente, enalteciam toda a riqueza histórica e cultural que compõe o território. Parecia que o cenário de um passado, materializado em um roteiro turístico, poderia ser ressignificado, contestado ou reproduzido, dando “novos” ou “velhos” contornos a partir do que é vivido (HALBSWASH, 1990; LOWENTHAL, 1998). Neste sentido, convém citar uma narrativa:

As nossas Serras são lindas. No assentamento Matoso tem a família da Rebeca, com uma linda história. No assentamento Fazenda Rubião tem a casa de farinha do seu Nonô que carrega os saberes dos ancestrais. Tem a Folia de Reis, uma dança linda que eles querem resgatar e apresentar aos visitantes. Tem patrimônios que falam da nossa história e desse povo tão sofrido. Tem a Pedra do Banquete, que foi um lugar onde os escravos se jogavam, após receberem uma sentença de seus donos. Eles faziam um grande banquete, o último de suas vidas. Por isso, o nome Pedra do Banquete. Mas fico um pouco triste ao ver turistas fazendo *self* na Pedra do Banquete, com um grande sorriso. Visitar estes lugares deveria gerar uma reflexão. Estes lugares explicam o presente, ensinam a nossa história, mostra os erros cometidos. Meu sonho é ver isso diferente, é produzir um turismo diferente (amiga e parceira dos proprietários da Pousada Rural, 2019).

A fala da interlocutora está em consonância com a literatura, ao pressupor que a experiência produzida nos roteiros históricos, culturais e rurais não gera uma ruptura entre o passado, o presente e o futuro. O ato de unir e de separar os distintos tempos sociais – passado, presente e futuro – gera tensões que podem estar em jogo quando os produtores rurais “abrem” as porteiras de suas casas e sítios para turistas e quando estes vivenciam experiências e elaboram suas memórias ao longo do roteiro. Principalmente, se a memória produzida não está em harmonia com o que os anfitriões desejavam gerar na experiência ofertada, como descrito no relato acima: “Meu sonho é ver isso diferente”. Essa preocupação pode gerar novos contornos ao que é vivido nos espaços público e privado enquanto lugares turísticos.

Porém, algumas destas preocupações eram desconsideradas em certas práticas turísticas que buscavam desenfreadamente produzir mais equipamentos e produtos turísticos

para atender os desejos de uma clientela. Como também, vinculava o turismo a uma manifestação do capitalismo e o afastava da noção de fenômeno social que promove encontros e interações entre indivíduos e espaços, carregados de significados e códigos que merecem ser estudados.

Na prática alguns empreendimentos turísticos, ao priorizarem o atendimento das demandas dos clientes, se transformavam em lugares de excelência para hospedagem, degustação da gastronomia local e realização de eventos. No entanto, sem diálogo com a riqueza histórica e cultural que os cercam, gerando um hiato entre o que se é vivido na contemporaneidade e seu passado. Em uma conversa com uma produtora rural, há uma narrativa que denuncia este cenário ao falar sobre um meio de hospedagem dentro de um assentamento:

Você já viu o casarão do seu Osório? Não tem nada a ver com o assentamento, com a história das Serras. O que se produz lá? Ele mora no centro do Rio, comprou um sítio dentro do assentamento, e construiu uma réplica de um casarão do século passado, aluga para grupos e hóspedes. Mas não gera nenhuma benfeitoria para o assentamento. (Produtora rural, amiga e parceira dos proprietários da Pousada Rural, 2018).

Exemplos como este se distanciam de algumas funções essenciais atribuídas à prática do turismo rural, como: “manter vivo a memória, a cultura e os elementos que compõem a identidade local e nacional da sociedade a qual representam” (ROCHA; GAIÃO; ALMEIDA, 2014, p.3). Além de se distanciar de práticas pautadas em um desenvolvimento endógeno e sustentável, que na perspectiva dos interlocutores está associado a práticas turísticas controladas e gestadas pela comunidade local, garantindo a manutenção da dinâmica familiar com uma sinergia perfeita entre interesses das esferas privada e pública.

Em 2020, presenciei um diálogo entre hóspede e proprietária da pousada que dialoga com tais questões. Um hóspede disse que seria muito bom se a Serra fosse asfaltada, a produtora rural contestou imediatamente:

De jeito nenhum. Você está louco. Brigaremos com qualquer um que tentar asfaltar a Serra, eu e quase todo mundo que mora aqui. Isso aqui é o nosso lugar de moradia. A serra é espaço de lazer, mas antes de tudo é a nossa moradia. Queremos manter o que temos hoje. Se com a Serra assim, já tem fim de semana que vem gente de tudo que é lugar. Imagine com asfalto. Se asfaltar isso aqui, como ficará o nosso modo de vida? E o nosso sossego? Como fica a minha produção? Como ficam os meus animais? Aqui é o nosso lugar de moradia. Escolhemos este modo de vida. Não queremos carros subindo e descendo aqui. Não queremos a Serra lotada. Não é este tipo de turismo que queremos. Antes de ser uma pousada, aqui é a minha casa. (...) Nem faço comercial da Pousada. A nossa clientela é boca-boca porque não queremos a Serra lotada (Rebeca, produtora rural, 2020)

A complexidade desta questão está no fato do mercado não se resumir à noção de oferta e demanda, sobretudo o mercado turístico, por estar enraizado em dimensões para além do econômico. O lugar que abriga turistas e visitantes também é um lugar da produção social dos atores locais, um lugar de descanso, um lugar de moradia, um lugar de produção, um lugar de trocas não mercantis, um lugar de hospitalidade transpassada ou não por relações econômicas. Enfim, um lugar de construção do grupo familiar. A defesa então é por um controle local, nas esferas privadas e públicas, que garanta a manutenção dos usos sociais atribuídos à espaços onde as relações mercantis também ocorrem. Igualmente busca-se a consolidação de um mercado que produza riquezas transacionadas pelos controles locais – obviamente que essa produção de riqueza não segue a lógica neoliberal.

Observa-se que o “abrir as portas da casa e do sítio para turistas e visitantes” tem sido uma prática do turismo alternativo que se contrapõe a um turismo de massa ou de outra classificação turística, que não promove na prática as trocas sociais e culturais com os residentes e que não subordina interesses externos aos interesses privados da comunidade anfitriã.

O turismo nas Serras pode melhorar a vida no campo, trazer saneamento e mais recursos. Pode ser uma atividade para as famílias do assentamento. O turista pode conhecer a nossa forma de viver, podemos manter a nossa história (jovem rural, amida dos proprietários da Pousada Rural, 2018).

É necessário esclarecer a todos o papel do turismo. O cuidar da cidade para o turista também ajuda a preservar o que temos. Tudo fica jogado. Com o turista circulando o cenário muda, cuida-se do patrimônio (...) Nos fins de semana, aqui na Serra, fica lotado de turista e visitantes. Eles vão as cachoeiras levam churrasqueiras e não compram nada aqui, nem um copo de água. Trazem tudo. Sobem carros e mais carros. Pergunta se deixam algo aqui, para a comunidade? Pergunta se conversam com agente? Eles chegam, tomam banham e deixam os lixos. Não queremos mais este tipo de turismo, um turismo que só depreda, só acaba com a nossa estrada (Rebeca, produtora rural, 2019).

A oposição ao Turismo de Massa, externada nos discursos de alguns atores do universo investigado, pautava-se na ideia de que este visa um “turismo a qualquer preço”, um “lucro a qualquer preço”, “um turismo sem devido controle e estudo” – expressões usadas pelos interlocutores. Em outras palavras, são projetos turísticos que mercantilizam os bens imateriais e materiais, colocando em condição subalterna os atores locais e, até mesmo, o que se diz querer preservar, como a natureza e a cultura.

O que está em debate é um enfrentamento a uma proposta de mercado turístico amparado nos valores de uma economia neoliberal e a sobreposição do econômico a questões sociais, culturais e ambientais. A preocupação que se evidencia é a continuidade de um processo que mercantiliza até os componentes fundamentais da sociedade, destruindo a

sociedade, o meio ambiente e tudo que toca, questão tão apontada no tipo de mercado estudado por Polanyi (2000).

Nos discursos, dos atores sociais investigados, essa percepção tem se tornado uma justificativa contundente e estruturada na ideia de preservar o modo de vida do homem do campo e seus patrimônios imateriais e materiais. Porém, tal justificativa pode conter lacunas quando vista à luz da reflexão que Habermas (2003), especialmente o debate que faz da esfera pública e privada, aproximando-se também de significados que apontam a subordinação da esfera privada aos interesses e desejos do mercado.

Antes de aprofundar na discussão do autor, ressalta-se que é inegável que o movimento de receber o turista nas residências promove aspectos positivos tanto para o residente quanto para o turista. Mas deve-se perguntar: Quais os custos que tal prática gera as famílias que assumem o papel de anfitrião? Quais privatizações as famílias são submetidas no seu espaço privado? O desejo de “abrir” a sua casa para um estranho foi uma decisão do núcleo familiar pautada em suas vivências e necessidades que surgiram no espaço privado ou emergiram de atores, de falas e de necessidades externas oriundas de um espaço público e mercantil?

Nas experiências vividas observou-se que a família anfitriã da Pousada Rural Sítio Beija Flor, ao receber um turista, tem o seu espaço privado alterado e invadido – uma invasão permitida, é claro. As modificações vão desde a mobília, a limpeza, a alimentação e a circulação em cada cômodo. Tudo isso é orientado por regras não escritas incorporadas socialmente. Normalmente, há cômodos que não são abertos aos visitantes, pois nem tudo pode ser tocado e, quando é aceito, tem suas limitações. Desconsiderar tais regras gera desconfortos na relação entre anfitrião e convidado, como também significa que tais regras não foram incorporadas no *habitus*, ao longo do processo de socialização (BOURDIEU, 2007). Neste sentido, o espaço privado que se tornou público, guarda ou precisa guardar um determinado nível de privacidade.

Para Camargo (2004) a presença do visitante provoca também outras mudanças, “agradar ao hóspede implica abrir mão de algo que se tem em favor dele. Esse algo pode implicar ou não dispêndios de dinheiro. Pode ser apenas um cafezinho já passado. Pode ser apenas tempo, moeda tão cara na vida moderna” (CAMARGO, 2004, p. 20).

Assim, as regras da hospitalidade pressupõem ações que tornam o espaço visitado em um lugar familiar para o visitante, dando-lhe a sensação de que está em sua própria casa. O exercício de tais regras podem resultar em mudanças no cotidiano da família visitada e nos usos dos espaços da casa, estreitando os espaços de circulação da família em detrimento do

visitante. Nesta dinâmica, os cômodos ganham significados diferentes, o que era um espaço privado passa ser de domínio do público.

As idas a campo mostraram que em períodos de lotação, sobretudo ao longo da pandemia, a família “abria mão” da sala e até mesmo dos quartos para hospedar os turistas. Vendia-se então quartos e a sala. Neste caso, o casal dormia na casa da filha ou em um *atelier* de artesanato. Ao perguntar a filha do casal como esse processo se dava ela respondeu:

No início foi meio complicado. Mas não tinha jeito. As pessoas chegam aqui pedindo pelo amor de Deus para ficar. Aí não tem como deixá-los ir embora. (...) Os meus pais nem ligam mais de deixar o quarto deles. Só fico meia assim de deixá-los no *atelier*. Falo para eles que não fica confortável. Às vezes, digo ‘vamos para a minha casa’. A minha casa tem muitos quartos. Mas dependendo do dia, eles preferem o *ateliê* (Rebeca, produtora rural, 2021).

No contexto retratado, pessoas do privado se reúnem e se constituem no espaço público, então, “a linha entre a esfera pública e privada passa pelo meio da casa” (HABERMAS, 2003, p. 31). Parafraseando Habermas, estes cômodos não servem mais a família e sim a sociedade. Em uma conversa, a produtora rural diz: “Perdi a minha casa e meu *ateliê*. Está tudo jogado e desorganizado, quando penso que vou trabalhar no *ateliê* ou ficar em casa, tenho que atender os hóspedes. Às vezes, os meus pais ficam sem privacidade”. Neste cenário, não há mais como prever relações intimistas e restritas aos membros da família. E por mais que os cômodos sejam separados estruturalmente, há uma conexão entre eles. A prática de se “abrir as portas da casa” revela que “a economia moderna não se orienta mais pelo *oikos*, pois no lugar da casa colocou-se o mercado: transforma-se em economia comercial” (HABERMAS, 2003, p. 16).

Aqui cabe lembrar da origem da Pousada Rural que foi efetivada com tensões entre a dádiva e relações mercantis e entre o uso do espaço privado e público, como aponta Rebeca:

Costumo dizer que só ganharei dinheiro quando minha mãe morrer. Gasto mais com a pousada do que ganho. Meu marido investe muito aqui. Ele fica dizendo: “Você é boba, fica gastando dinheiro aí”. A Pousada nasceu porque falei para a minha mãe que ela não iria mais fazer papel de empregada. Um monte de amigos da igreja e parentes vinham aqui, diziam que era para visitá-la, mas quando eu via as pessoas estavam na beira da piscina. Falava para ela: Cadê a sua visita? Elas estão aqui conversando com a senhora? Aí falei: ‘Agora se quiser vir aqui terá que pagar’. Nunca mais vieram. Mas ela não tem jeito, vivo brigando. O Flávio (nome fictício) do ITERJ vem pra cá: fica, dorme, come. Minha mãe briga comigo, mas não quer que ele pague. A mesma coisa acontece com outras pessoas, eles não pagam porque minha mãe não quer. Não digo nada não cobrar dos professores e alunos da Rural. Eles estão vindo para nos beneficiar. É diferente. Teve um grupo de uma universidade que veio fazer uma semana de estágio, estudaram as árvores, viram as folhas, os tipos de pragas. Nós não aceitamos pagamento porque em troca eles nos dariam um relatório de como estava o sítio. (...) E o cardápio? Faço um e quando vejo minha mãe fez um monte de coisa. Não tem jeito, só ganharei dinheiro quando ela morrer (Rebeca, produtora rural, 2020).

No início meus avós tiveram muita resistência em transformar o Sítio em Pousada. ‘AH! Vamos cobrar quanto? Tá caro; não tá’. Até hoje isso acontece. Há umas brigas entre minha avó e minha mãe. Chega um conhecido deles e minha mãe quer que cobre e ela não. Essas coisas são bem complicadas. Tem gente que vai lá e sai com bolsa cheia de fruta e hortaliça. Acho que se as pessoas tivessem um pouco mais de consciência, meu avô não precisaria descer toda semana para fazer feira. (...) Há pessoas que dormem e comem e não pagam nada em troca de algum serviço (Paulo, jovem rural, filho de Rebeca 2020)

Ao se analisar a fala desta interlocutora com a de seu filho, percebe-se que o mercado turístico investigado não depende exclusivamente do dinheiro para organizar as suas trocas. Há um espaço para as relações monetárias e a dádiva se efetivarem mutuamente.

Este movimento também coloca em debate o conceito de hospitalidade na perspectiva da escola Francesa. O debate teórico da hospitalidade apresenta quatro escolas: a hospitalidade francesa, americana, brasileira e inglesa. As escolas francesa e americana apresentam leituras que se opõem, enquanto, a inglesa e brasileira se aproximam e buscam diálogos entre os paradigmas francês e americano, gerando pontes entre estas duas escolas.

Neste trabalho será pontuado apenas os elementos fundantes do pensar francês e americano. A escola francesa tem como elemento constituinte as reflexões de Mauss (2003), pautando-se na dádiva (dar-receber-retribuir), por este motivo evidencia apenas a hospitalidade doméstica e pública, negando a hospitalidade comercial, ou seja, a hospitalidade que se dá por meio de trocas monetárias. A hospitalidade aqui é entendida como o ritual básico de vínculo humano (CAMARGO, 2015).

Já a escola americana negligência a matriz maussiana e se estrutura na hospitalidade comercial. A hospitalidade então passa ser um fenômeno comercial que se circunscreve a partir de interesses orquestrados pelas trocas monetárias, como o pagamento de uma hospedagem, de uma visita a um lugar, a entrada a um museu etc. A cobrança, que se instaura nestes momentos e a forma do acesso aos bens culturais, transforma e materializa tais ações em mercadoria (HABERMAS, 2003).

As inquietações de Camargo (2015) se sobressaem, diante das reflexões de Habermas (2003) e Mauss (2003), e permite ao leitor questionar se: “É possível falar em hospitalidade com base na matriz maussiana nos dias atuais, em uma sociedade de mercado que se constitui a partir das relações mercantis?”. Nos referenciais teóricos da hospitalidade não há um consenso, o que inviabiliza uma resposta precisa ou com menos ambiguidade. Entretanto, Camargo (2015) elabora um quadro com três possíveis respostas, formuladas a partir de aproximações ou distanciamentos que cada autor, leitor e gestor do trade turístico têm com as

escolas de hospitalidade. Para os autores que se apropriam da hospitalidade francesa o turismo mediado pelo mercado oferece, nada mais e nada menos, que uma hospitalidade encenada, um sorriso comercial que se forja em técnicas do bem receber.

Para os que se aproximam da hospitalidade brasileira e inglesa, mesmo diante de todo o contexto contraditório instituído pelas relações mercantis, acredita-se que há um lugar para se vivenciar a hospitalidade genuína, desde que se “rompa com o contrato”, no sentido de oferecer ou surpreender o cliente/visitante/hóspede com algo inesperado que não estava estabelecido pelas regras contratuais. Por exemplo, oferecer ao cliente um serviço, um gesto, um agrado não estabelecido no manual do bem-receber, como algo excepcional e espontâneo que vai além do que foi determinado na relação mercantil. A justificativa por tal percepção passa pelo entendimento da “verdadeira” dádiva ser um gesto socialmente espontâneo, livre de obrigação externa, é uma ação impossível de ser idealizada. Para os que se aproximam da hospitalidade comercial é possível ter hospitalidade uma vez que o visitante tem a expectativa de ser bem recebido e aciona seus direitos quando suas expectativas não são contempladas.

Ao olhar este quadro teórico e a fala de Rebeca e de Paulo, na página 15, observa-se a tensão que foi instituir relações econômicas em um espaço privado (casa) onde se imperava trocas não monetárias. Neste universo, a dádiva se materializava em refeições, pernoite, frutas e hortaliças. A dádiva não é uma ação ingênua, há ganhos, interesses e uma certa “obrigatoriedade” prescritas nas trocas, chamadas de contra dádiva. Quando se fala de turismo, essa contra dádiva pode ser entendida como a relação de fidelidade que se estabelece entre o anfitrião e o hóspede, precisamente “o retorno” ao meio de hospedagem em que foi bem recebido. Na leitura de Camargo (2004), seria o retorno ao lugar que ofereceu uma hospitalidade genuína, capaz de “romper com o contrato” ao oferecer algo além do que foi pago.

Além destas questões, vale ressaltar que o mercado ao se constituir dentro da casa – que abre suas portas para os visitantes/hóspedes – liquidada, diante do pagamento, a dívida gerada pelo vínculo entre o hospedeiro e o visitante. Porém, no contexto social investigado, a troca não mercantilizada, que ocorre nas relações instituídas por Rebeca e sua mãe, estabelece uma dívida de vínculos construída em um processo tríplice do dar-receber-retribuir. Nesta dimensão, o vínculo não seria unilateral, não se daria para receber, não se encerraria com o pagamento de uma estadia no momento de um *check out*, haveria um ciclo de trocas que são realimentadas por questões sociais e culturais.

No contexto social analisado também se imprime uma obrigação externa, que resulta em ter que abrir sempre as portas na medida que o cliente desejar e não mais a partir do tempo

determinado pela família anfitriã. Cabe ressaltar que no *Instagram* da pousada citada há a seguinte informação: “Aberta sempre”. Em um dos diálogos com o casal e a filha averiguou-se que o hóspede chega a qualquer hora e às vezes é necessário fazer uma comidinha ou um café fora do cardápio planejado pela família. Ou, ainda, se interrompe o momento de um breve descanso. Com a ausência de um horário determinado para o *check in* e *check out* e a impossibilidade de gerenciarem seu próprio tempo, o casal, que já é idoso, tem se sentido muito cansado. A filha também revelou que os pais estão desejosos por fazerem um passeio, porém a intensa atividade turística no sítio não tem permitido o momento de lazer da família.

Mudanças ocorreram também na produção agrícola do sítio. A mão de obra, que já era insuficiente para a extensão territorial do sítio, precisou ser realocada para as atividades do empreendimento turístico. Obviamente, que a diminuição na produção rural do sítio está associada com esta realocação. Mas não se pode negar outras questões, como as dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor e o envelhecimento que limita o trabalho no campo. Vale ressaltar que mesmo diante desse processo, seu Raimundo, com 81 anos, capina o sítio, faz e planta mudas, cuida de toda a plantação e ensina os funcionários e os netos – na expectativa de que estes darão continuidade ao seu legado. Dona Maria, por questões de saúde, tem circulado mais dentro da casa, ficando responsável pela alimentação dos hóspedes, visitantes e da família. Para a filha do casal, a atividade que a mãe exerce é exaustiva, porém “Dona Maria não entrega a sua cozinha para ninguém. Já chamei pessoas para fazerem o serviço, mas ela não aceita” (Rebeca, 2021).

Como observou-se anteriormente, o início da pousada foi um processo cercado por resistência entre a mãe e a filha. Na época da consolidação da Pousada Rural, a filha via na atividade turística uma forma de diminuir os gastos que os pais tinham com as sucessivas visitas de parentes e amigos que “se comportavam mais como turistas do que visitantes”. A expressão “como visitas”, usada por Rebeca, refere-se ao empenho do visitante desenvolver atividades junto com os anfitriões. Para Rebeca isso não ocorria, as visitas deixavam os pais sozinhos para aproveitarem o que o sítio oferecia, aparecendo apenas na hora das refeições.

Rebeca ao pensar nas limitações que o avançar da idade imporá aos pais, viu no turismo uma forma de continuarem trabalhando, por um tempo mais duradouro, em uma “atividade mais leve”. Neste caso, gerenciando os serviços do sítio e da pousada:

Com a idade deles tudo fica difícil. Hoje para levar a minha mãe ao médico tenho que descer. Aqui no assentamento é mais difícil para eles que são idosos. Eles não querem sair daqui. Não posso tirá-los. Se eu fizer isso, eles morrerão. Assim (referindo-se aos serviços da pousada), eles trabalharão por mais tempo, sem tanto esforço e se sentirão úteis (Rebeca, 2021).

O cotidiano da filha também foi influenciado pelas atividades da pousada. Conciliar a agenda pessoal com tarefas demandadas pela pousada tem sido um desafio constante para Rebeca. Em seu discurso relatou que precisava ter tempo para levar os pais a médicos, para ir ao médico, para fazer compras para a pousada, para executar atividades de artesanato desenvolvidas no programa Mais Você – da emissora Globo –, para fazer doces e *chips* vendidos dentro e fora da pousada, para visitar e passar as roupas do marido que reside na cidade em função do trabalho que possui. E, sobretudo, para ser uma mulher com tempo para si, como afirmara: “Não tenho tempo nem para mim”.

De forma geral, com as portas da casa e dos sítios abertos para os visitantes, há a perda da privacidade que antes era tão marcante no lugar privado, onde se habitava, na maioria das vezes, pessoas do espaço privado (a família) e amigos bem chegados. As atividades no sítio se constituem em um lugar onde há espaços públicos dentro de um espaço privado para ser usufruído por pessoas de um espaço público (HABERMAS, 2003).

O que está sendo evidenciado, portanto, nas visitas dentro do ambiente doméstico e de territórios privados são as mudanças nas esferas pública e privada, podendo acarretar ou não perdas significativas, sobretudo de natureza social e cultural da família visitada. Assim como, a perda da “hospitalidade genuína”, estabelecida a partir de uma obrigação eminentemente externa.

Verificou-se que não há uma divisão com fronteiras rígidas entre estas esferas, como também não é isso que está sendo defendido. Contudo, o mais relevante a ser considerado a partir da reflexão de Habermas (2003) é o que gera tudo isso. O interesse público, na maioria das vezes é orquestrado pela subjetividade capitalista que é materializada pelo Estado e reafirmada por uma parte da mídia. Esse movimento estabelece uma nova dinâmica social, novos gostos, novas modas, novas formas de turismo, novos produtos turísticos etc. Segundo o autor, é a partir dos interesses econômicos que se forma um novo viver no espaço privado, com concentração de capital e intervencionismo. Para Habermas (2003, p. 181) “esta nova esfera não pode ser entendida completamente nem como sendo puramente privada nem como sendo genuinamente pública”.

É sobre este cenário que o autor aponta o esvaziamento dos papéis da família e a incorporação inconsciente de padrões, sendo assim “a família é cada vez menos solicitada como agência primordial da sociedade” (HABERMAS, 2003, p. 186). Segundo o autor, em todos os países industrializados avançados há um desmantelamento da autoridade paterna “no sentido de contrabalancear a autoridade intrínseca à família” (HABERMAS, 2003, p. 186). Os

membros da família não são mais socializados no núcleo familiar, tal papel é direcionado a instituições extrafamiliares como a escola. Esse movimento se materializa também na construção da arquitetura das casas que passam a ter pátios comuns, paredes tão finas que intensificam a comunicação social e o controle social da vizinhança, condomínios horizontais que instituem um modelo homogêneo de moradia e lazer. No contexto estudo pelo autor, há um duplo movimento, a perda da privacidade na esfera privada e a inserção da intimidade na esfera pública:

A perda de esfera da esfera privada e um acesso seguro à esfera pública são hoje traços característicos do modo de viver urbano, não importando se as antigas formas de morar metropolitanas tenham sido tacitamente refuncionalizadas pelo desenvolvimento técnico-econômico ou se, à base dessas experiências, tenham sido desenvolvidas novas formas de habitação coletivas e suburbanas. (HABERMAS, 2003, p. 187)

A esfera pública burguesa se mostra uma categoria da sociedade atual, que penetrou a esfera social e invadiu a intimidade do setor privado. Essa esfera social dissolveu as estruturas sociais da família e inseriu todos os indivíduos em uma grande família, onde seus membros são tutelados por forças e interesses externos em nome de um “interesse comum” comprometido com os interesses econômicos. Então, se perde as características diferenciadas da esfera privada e pública, e há retrocessos, o “raciocínio do público se torna vítima da refeudalização” (HABERMAS, 2003, p.187).

A uniformização que se instaura nos espaços privados, como a casa, não é uma ação desvinculada de propósitos. A esfera pública toma para si o papel de homogeneizar visões e formar opiniões públicas, mas do que fomentar espaços para discursos e negociações, onde todos, em tese, teriam o mesmo poder de fala. Essa homogeneização nas opiniões tem a mídia como o seu grande aliado, que se afasta do “fazer arte”, e se aproxima da ideia de um instrumento de manipulação ideológica com interesses político-econômico. É esse movimento que enuncia o aniquilamento da esfera pública, enquanto um espaço de discussão e de direitos, e da esfera privada como um espaço de intimidade que pode ser revelado ao público a partir de seus interesses e não de uma obrigação externa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No universo observado, o “abrir as portas da casa e do sítio” carrega a esperança de perpetuar o modo de vida rural ao longo da vivência turística, sendo conjugado a interesses econômicos. O Turismo em áreas rurais pode favorecer essa expectativa pelo fato da

experiência ofertada não ser encenada ou planejada em um ambiente artificial e sim no ambiente familiar. Essa característica, que o difere de tantas práticas e que parece ser enxergada como um triunfo pelos anfitriões, gera profundas mudanças no cotidiano familiar.

Com a prática turística a casa é um lugar onde se recebe, majoritariamente, desconhecidos. E ao cumprir a função de um meio de hospedagem é inserida em uma dimensão pública com uma relação contratual mediada pela racionalidade econômica. As mudanças são mais evidentes quando as atividades turísticas são gestadas pelo grupo familiar que passa a ter dificuldades de conciliar necessidades, individuais e coletivas, frente as demandas do mercado turístico. Submetendo, assim, a dinâmica do *oikos* à exigência do mercado.

A mudança se configura também pela relação de proximidade com os visitantes. Alguns visitantes e turistas deixam de ser “desconhecidos”, passando a ser grandes amigos. O que dificulta, em alguns casos, a cobrança pelos serviços oferecidos. Todavia, abre-se espaço para a dádiva ou o que se chama de hospitalidade “genuína”. Além disso, a proximidade com os da casa amplia cada vez mais o espaço de circulação dos visitantes e diminui o espaço privado da família.

Com o cenário instituído, não se perde apenas a privacidade da esfera privada. Antes a qualidade de vida da família que passa pela gerência ou não do tempo, visando o atendimento das necessidades básicas, desde idas a médicos a práticas de lazer. A atividade de receber turistas e visitantes nas casas e nos sítios desenha um movimento em duas direções, “abre e fecha algumas portas”. A “abertura” se dá no campo econômico e contribui com a visibilidade social – questão desejada pela família de produtores rurais citada ao longo deste artigo. E “fecha” portas para a dinâmica da casa e do grupo familiar, que se vê impotente ao que é imposto pelo mercado turístico.

A partir do quadro teórico apresentado, pode-se também dizer que práticas alternativas a lógica que estrutura o turismo de massa, nem sempre romperá com o predomínio da racionalidade econômica. A incapacidade do rompimento se dá porque a sociedade de mercado persiste e continua expandindo seus interesses a partir das mídias, criando novas mercadorias e atribuindo valor a elas. É a partir desta dinâmica que o visitante compra a mercadoria posta à venda, desejando ter experiências memoráveis, sentindo, ouvindo, contemplando e vivendo a identidade cultural do residente e do lugar visitado. Por outro lado, o residente vê formas de lucrar com a sua identidade, que em um turismo estruturado na economia, se transformou em mercadoria de troca.

Esta realidade também dissolve a dádiva maussiana, uma vez que a dádiva tem a pretensão de “sujeitar os outros sistemas à sua lei, que consiste em liberar a troca e fazer surgir algo imprevisto, fora das regras” (GODBOUT, 1998, p.10). Esse algo inesperado ou a mais, introduzido pela dádiva, pode deixar de ser uma ação hospitaleira na medida em que é apropriado pelo sistema normativo e institucional e passa a ser incorporado nas técnicas do bem receber, reduzindo-a a uma troca equitativa (CAMARGO, 2015) mediada pelo dinheiro. Neste contexto, talvez não seja possível “dar” realmente, mas apenas simular a dádiva ou a hospitalidade estruturada na matriz maussiana.

Neste artigo viu-se *insights* importantes sobre o estreitamento entre as esferas privada e pública, através de práticas turísticas que ocorreram em uma casa de produtores rurais donos de uma Pousada Rural. Tais questões merecem aprofundamento e um amplo recorte, chamando atenção para a compreensão do que sobressai neste estreitamento e sob quais imposições este processo se configura.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. **Cultura e turismo: Discussões contemporâneas**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: ALEPH, (Coleção ABC do Turismo), 2004.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os interstícios da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. v. XII, nº especial, p. 48-69, 2015.

CALS, J.; CAPELA, J; VAQUE, E. **El turismo em el desarrollo rural em Espana**. Madrid, Ministério da Agricultur, 1995.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor. **Lazer no Brasil; trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa**. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 9, nº. 1, p. 23-44, janeiro/abril., 2003.

GODBOUT, Jacques T. **Introdução à dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 13, nº. 38, p. 39-52, out., 1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300002>

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 42-74, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. (3ª ed). Trad., Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2003.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. In: Possas, Lidia M. Vianna (Org). História trabalhos da memória, trad. Lúcia Haddad. São Paulo, n. 17, novembro, 1998.

MAUSS, Marcel. **Ensaio da Dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. de 1993, p.7-28, 1993.

OSTERHAMMEL, Jürgen. **La Transformación del Mundo: Uma historia global del siglo XIX**, Barcelona, Crítica, 2015 (trad. de Gonzalo García).

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

ROCHA, Jeniffer Franco da.; GAIÃO, Raquel, ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; Lazer, Cultura e Histórias na Fazenda do Barão de Mambocaba. *In: VIII FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU.*, Turismo na Natureza, 04 a 06 de junho de 2014, p.1-14, Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil. <https://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/3.-LAZER-CULTURA-E-HIST%C3%93RIAS-NA-FAZENDA-DO-BAR%C3%83O-DE-MAMBOCABA.pdf>

SANTOS, E. de Oliveira; Souza, Marcelino (Org). **Teoria e prática do Turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.